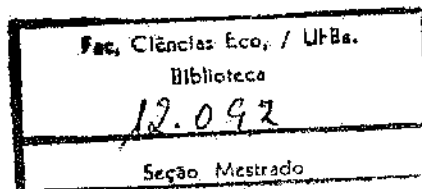


UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ECONOMIA REGIONAL E CONCEITOS  
DE ESPAÇO E REGIÃO

Lívio Andrade Wanderley



SALVADOR - BAHIA  
Março/1995

## ECONOMIA REGIONAL E CONCEITOS DE ESPAÇO E REGIÃO

*Lívio A. Wanderley*

*Prof. do Curso de Mestrado em Economia  
da FCE/UFBA*

### 1 Introdução

Inicialmente, pretende-se apresentar algumas considerações que fundamentem o estudo da Economia Regional, visando situar o seu nível de abrangência analítico. Para tanto, vejamos três referências metodológicas — *multidisciplinar, transdisciplinar, e interdisciplinar* —, que propiciam a articulação da multiplicidade de campos de estudo, para em seguida tratar de alguns aspectos conceituais que são inerentes a esta disciplina. A primeira referência consiste na contribuição dos vários campos de estudo, que se juntam definindo uma lógica subjacente a um dado conjunto igualitário, inexistindo, assim, a hegemonia de uma dada ciência sobre outras. A segunda caracteriza-se pela abdicção das articulações entre as disciplinas e das exigências epistêmicas tradicionais, situando-se a partir de um conhecimento atomizado que se expande para outras áreas do conhecimento, existindo, portanto, a ascendência de ciências através da hegemonia entre elas. E a terceira trata de articulações interativas, implicando num processo de reciprocidade do conhecimento, caracterizando-se, então, por uma integração a nível das ciências.

Situando a Economia Regional no âmbito dessas referências metodológicas, usualmente alguns estudiosos a associam ao caráter *multidisciplinar*. Contudo, como o núcleo de seu corpo teórico se encontra numa discussão que faz parte de Ciência Econômica, e tendo esta uma amplitude maior que propicia compo-la com as demais ciências, rebate-se que, a nível específico desta disciplina e das suas relações com outras áreas de estudo, enquadra-se na referência *interdisciplinar*. Diante deste posicionamento, verifica-se uma adesão à contribuição recíproca en-

tre os variados campos do conhecimento, expressos através das múltiplas disciplinas, caracterizando, assim, a importância de uma visão epistemológica que consiste num estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, e que visa apreender os fundamentos lógicos, o valor e o alcance de seus objetivos.

Como referência analítica que é factível se enquadrar o estudo da Economia Regional, temos as seguintes percepções, que podemos tratar simultaneamente: *temporal, histórica, e espacial*. O âmbito temporal prende-se à evolução cronológica de teorias e fatos empíricos, pois consiste na apreensão de possíveis mudanças que são inerentes ao tempo, sem, no entanto, ter a preocupação de qualificá-las e enquadrá-las historicamente. A análise histórica, que incorpora a temporalidade, caracteriza-se pelo processo de causa e efeito de acontecimentos, segundo uma perspectiva *dia-crônica*.<sup>1</sup> E a percepção espacial trata da análise de um dado momento histórico, o qual expressa, para um dado ponto no tempo, o resultado do processo histórico, situando-se, portanto, num perspectiva *síncronica*.<sup>2</sup> Verifica-se, então, que estas três referências de análise estão integradas, propiciando, assim, uma maior fundamentação no estudo desta disciplina.

## 2 Noções de Espaço e Região

Diante dessas referências metodológicas e analíticas para o estudo da Economia Regional, faz-se mister, para o início da compreensão da matéria, ressaltar alguns aspectos conceituais quanto à delimitação regional, os quais envolvem categorias básicas, tais como: *espaço e região*. Inicialmente, podemos concei-

---

1 Trata do espaço temporal como um *locus* de observação dos processos históricos, os quais conduzem à evolução das relações de causalidade dos acontecimentos de ordem teórica e empírica.

2 Define o espaço como um *locus* em que se cristaliza o produto da atividade humana, sem considerar o seu processo evolutivo.

tuá-las a partir do fato de que a região se caracteriza por uma forma concreta, através da conjunção de pontos imutáveis e contíguos de uma dada realidade. A distinção quanto ao conceito de espaço prende-se fundamentalmente pelo efeito da contiguidade, que aparece objetivamente na noção de região, implicando, assim, no fato de que um determinado espaço pode conter várias regiões. As definições destas categorias se mostram bem claras na colocação de Lopes (1980: 29): " O espaço pode definir-se a partir de um conjunto de dados econômicos localizados, podendo as localizações serem dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência. A região tem de ser definida de forma mais restrita, não resultando em restrições de factores associados à dimensão, mas em razões de contiguidade: os elementos que a compõem têm de localizar-se necessariamente de forma contígua."

A noção científica das categorias de *espaço e região*, situando-se no contexto interdisciplinar, envolve várias ciências, tais como: a sociologia, a demografia, a geografia, a economia, etc. Para efeito de ilustração, vejamos alguns aspectos desenvolvidos por Patrício Ribeiro (1981: 11 - 21) sobre a aplicação conceitual de espaço no âmbito da sociologia e da demografia.<sup>3</sup> Na sociologia, configura-se, através de uma ótica objetiva, representando o quadro evolutivo do indivíduo, de grupos sociais, e da própria sociedade, que são teleguiados pelo meio físico e por padrões culturais dominantes; e através de uma ótica subjetiva, caracterizando-se por um quadro espacial baseado na percepção do indivíduo ou de representantes de um mesmo grupo social, gerando, assim, a denominada *estratificação social*, que resulta na classificação do espaço segundo determinadas classes sociais, as quais geralmente são definidas através de parâmetros econômicos, familiares, etc. E na demografia, a aplicação conceitual de espaço prende-se à importância do grau

3 As suas aplicações na geografia e na economia serão apresentadas nas próximas seções deste texto.

de aglomeração ou esvaziamento populacional, que em determinados contextos definem as condições qualitativas do espaço: a sua caracterização espacial se configura através da *perda* (retrocesso sócio-econômico, emigração, etc), do *ganho* (prosperidade, imigração, etc), e da *estagnação* populacional.

Quanto às considerações sobre região, Patrício Ribeiro (1981: 22 - 37) levanta a dificuldade de se obter uma definição universal, ao tempo em que, em sua análise da aplicação conceitual desta categoria, apresenta o processo de regionalização, reportando-se a uma metodologia empregada por estudiosos e pesquisadores regionais. No tocante à natureza das regiões, temos a seguinte classificação: *região formal ou uniforme*, e *região funcional*. A primeira compõe-se por territórios contíguos e pela homogeneidade em certas particularidades. E a segunda prende-se pelas áreas de interação que definem uma funcionalidade, complementando-se entre si. Uma terceira classificação é a *região nodal*, que consiste numa região funcional quando contém apenas um ponto focal ou de dominação.

Em face da subjetividade que caracteriza o processo de regionalização, vejamos uma síntese da proposta de Patrício Ribeiro (1981: 24-25), a qual, apoiando-se nas informações disponíveis e em determinados objetivos (*pesquisa/análise e planejamento*) e critérios (*semelhança e interdependência*), apreende variadas trajetórias e conseqüentemente os tipos de regiões. O referido autor apresenta quatro trajetórias com os seguintes traçados:

Trajetoárias	Objetivos	Critérios	Tipos Regionais
1*	Pesquisa/Análise	Semelhança	Homogênea
2**	Planejamento	Interdependência	Planejamento
3*	Planejamento	Semelhança	Programa
4**	Pesquisa/Análise	Interdependência	Interação

\* Região formal , \*\* Região funcional

O fundamento teórico, para a dedução desses tipos regionais, prende-se à análise sobre o conceito de espaço abstrato e a sua delimitação regional, desenvolvidos por Ferroux e Boudeville, respectivamente.<sup>4</sup>

Dando andamento aos aspectos levantados sobre *espaço e região*, e apreendendo uma discussão sobre a (in)existência de região, vejamos uma apresentação segundo as seguintes categorias de análise: *físico-geográfica*, e *econômica (abstrata e social)*.

### 3 Categoria Físico-Geográfica

A caracterização do espaço baseada nas condições naturais do meio físico remota desde de filósofos da Antiguidade, dos quais podemos ilustrar o romano Lucrecio (1973), através de seus escritos intitulados " *Da Natureza* ". Esta percepção da espacialidade, e a conseqüente delimitação regional, reflete uma relação de causa e efeito em que o homem situa-se como um agente passivo frente ao caráter ativo da natureza, implicando, assim, numa primeira idéia do conceito de determinismo geográfico.

Podemos admitir que essa fase se consolida com as grandes descobertas das ciências naturais no período histórico do Iluminismo, pois, como coloca Andrade (1967), vários autores marcaram esta época através de suas inúmeras descobertas, no âmbito da astronomia (Copérnico, Kepler e Galileu), da física e matemática (Newton), da química (Lavoisier), da biologia (Buffon e Linneu), e da geografia (Bernardo Varenius e Gueltard). Este último autor de estudos geográficos publicou, nos meados do século XVIII, um mapa de bacia geológica franco-inglesa que delimitava o espaço em zonas concêntricas, como resultado de fatores naturais. Neste contexto, evidenciam-se autores como Felipe Buache e posteriormente Lacroix, que tiveram a idéia de identificar a região natural a partir das bacias fluviais.

---

4 Este assunto será apreciado na seção 4.1 deste texto.

Essa idéia foi adotada até recentemente, neste século (décadas de 30 a 50), pois diante das preocupações com o desenvolvimento econômico de determinados países e regiões, adotaram-se as bacias fluviais como ponto de partida para o planejamento de projetos integrados. Como ilustração, podemos citar: o Vale do Tennessee, com a construção de barragens, o uso do rio para a navegação e para a construção de hidroelétricas; a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a hidroelétrica de Paulo Afonso; o projeto de reorganização espacial do sudeste e leste da França, através do eixo fluvial do Reno-Mosela-Sãone-Rodano; e tantos outros projetos espalhados no mundo.

O enfoque da concepção de região natural gerou divergências entre distintos estudiosos, pois cada especialista (botânico, geólogo, geógrafo, climatologista, etc) procurava definir região segundo o seu conhecimento. De acordo com Andrade (1967: 39), Ricchieri, visando conciliar os diferentes pontos de vista conceitual de região no âmbito da geografia, bem como imbuído de uma visão determinista, definiu uma região natural geográfica através da existência de três tipos de regiões: *elementar*, *geográfica complexa*, e *integral*. A região elementar tem por base um único fenômeno, podendo ser morfológica, hidrográfica, climática, geológica ou botânica; a região geográfica complexa prende-se a áreas que se superponham a várias regiões elementares, sendo, portanto, definida como a região geográfica propriamente dita; e a região integral se caracteriza por um conjunto de regiões geográficas complexas.

Divergindo do enfoque determinista, Cholley adota a percepção do possibilismo geográfico<sup>5</sup> para a conceituação de região. Com base em Andrade (1967:42), Cholley procurou conceituar região através da idéia de organização, como resultante da ação

---

5 Neste caso a relação de causalidade se inverte, pois admite-se a possibilidade do homem agir de forma ativa sobre a natureza, que torna-se passiva à ação organizativa do homem.

do homem e do caráter dinâmico em seus vários atributos (escala, características, uso, etc) no tempo e na história, pois, como afirma: " *A idéia de região implica num princípio de organização. Deve-se, em consequência, reservar esta expressão exclusivamente às organizações realizadas pelo homem na superfície do planeta.* " Referindo-se às unidades do meio ambiente (físicas, estruturais, morfológicas, climáticas, vegetação, fauna, etc) como *domínio*, a caracterização de *regiões geográficas* deve levar em conta estes domínios e a ação do homem na organização do espaço, segundo as suas necessidades imediatas e padrões tecnológicos e culturais. Verifica-se, então, que o conceito de Cholley, apesar de admitir certas inter-relações, desvincula-se da idéia de região puramente natural ou histórica, implicando, assim, na elaboração da Geografia como uma ciência síntese.

De acordo com Andrade (1967: 46-51), observa-se um outro enfoque mais moderno na linha de interpretação de Cholley, que foi desenvolvido por Kayser, pois partindo dos dois aspectos básicos (*possibilismo e dinamismo geográfico*), associou o conceito de região organizada aos países desenvolvidos, e fez uma classificação aplicável do uso do espaço nos países subdesenvolvidos. Para as regiões organizadas, Kayser caracterizou-as segundo três aspectos básicos: *solidariedade, polarização, e integração conjunta.*

A *solidariedade* entre os habitantes da região envolve relações e pontos comuns que levam a coesões através de características étnicas, estruturas sociais específicas, sistemas de produções especializados, etc. Segundo Andrade (1967:47), Kayser refere-se a estes atributos da forma a seguir: " *... imprimem ao espaço uma certa homogeneidade, mas só têm condições para produzir uma região se são capazes de criar uma organização econômica e social.* " A *polarização* prende-se ao argumento de que a organização se realiza em torno de um centro, o qual não só exerce uma influência em torno de si, como também se apresenta dominante em relação à atividade econômica das áreas sob



sua influência. Como Kayser admitia que todo o centro polarizador é uma cidade, vejamos uma de suas citações feitas por Andrade (1967:47): " *A cidade comanda, por mecanismos bem conhecidos, o espaço que a cerca, armando como uma teia de aranha as relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas, e políticas, onde ocupa o centro.* " É a integração conjunta se verifica devido à incompatibilidade da região ser considerada isolada, pois a mesma é parte de um todo bem mais amplo que exerce uma dominação devido à sua capacidade de decisão ser maior, seja no campo financeiro, político, administrativo, etc. Desta forma, a região é um nível de organização intermediário entre o poder central e os organismos locais.

No âmbito dos países subdesenvolvidos, apreende-se várias formas de (des)organização do espaço, segundo uma série de fatores listados por Andrade (1967: 49): descontinuidade das áreas habitadas; atividades produtivas regionalizadas e dependentes do comércio internacional; delimitação arbitrária de fronteiras regionais, alheia à comunidade local (balcanização); imprecisão da regionalização comercial, em oposição às regiões administrativas; e ausência de centros polarizadores e de um sistema de logística que equacione os fluxos de transportes e comunicações. Diante destes fatores, o espaço é organizado a partir das condições objetivas do nível de desenvolvimento desses países, implicando, assim, na formação de alguns tipos de regiões, que para Kayser são resultantes da forma de utilização e de organização do espaço, ou seja: o espaço indiferenciado, que se caracteriza pela inexistência de fluxos organizados (áreas desérticas e de floresta tropical, etc); os espaços especulativos, integrados com os fluxos internacionais e desintegrados no contexto nacional (enclaves minerais); e as bacias urbanas, que estão submetidas a uma cidade, e na qual os fluxos econômicos, culturais e políticos, fluem num único sentido, das áreas (bacias) para a cidade.

Diante da visão determinista e possibilista da geografia, observa-se que a organização do espaço geográfico de forma concreta apóia-se nos conceitos ditados pelas ciências naturais (botânica, geologia, zoologia, biologia e meteorologia), e sociais e humanas (sociologia, antropologia, história e economia). Desta forma, temos, para efeito de caracterização do espaço geográfico, os elementos físicos, administrativos e políticos, e econômicos. Os físicos estão ligados às percepções *deterministas*, pois são os elementos que definem previamente os traços da paisagem natural; os administrativos e políticos estão associados à visão *possibilista*, pois são resultantes da ação transformadora do homem sobre a paisagem natural; e os elementos econômicos prendem-se às formas de articulação e organização das atividades produtivas que balizam o processo organizativo do espaço geográfico.

Finalizando essas considerações sobre o ambiente físico-geográfico para a delimitação regional, verifica-se que os aspectos relativos ao *possibilismo e dinamismo geográfico* imputam uma concepção de região que podemos ressaltar através da colocação de Ferreira (1989: 50): "... o conceito de região deve ser *dinâmico*, pois as estruturas internas das regiões, que condicionam as extensões de suas áreas, modificam-se com o decorrer do tempo. Do mesmo modo, altera-se o sistema ou conjunto de regiões interdependentes de um dado espaço e, em consequência, suas configurações no espaço geográfico. "

#### 4 Categoria Econômica

Esta categoria de análise se reporta basicamente a dois enfoques: *abstrato e sócio-econômico*. O primeiro foi desenvolvido por Ferroux e Boudeville, e o segundo está referendado nos estudos das relações de produção de base marxista.

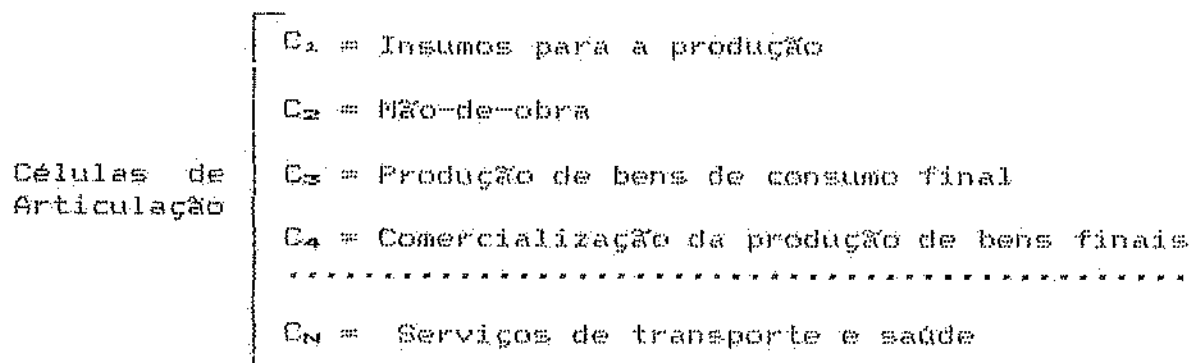
#### 4.1 Análise Abstrata

Uma importante abordagem econômica de espaço e região foi desenvolvida por Ferroux e Boudeville. Ferroux (1967) conceitua a sua noção de espaço econômico diferindo da idéia mais banal de espaço geográfico, desde quando parte da abstração espacial das relações de interdependência de diversos fenômenos de caráter econômico, social, institucional e político, as quais situam-se num espaço de " *n* dimensões,  $n > 3$ ", inviabilizando a localização geográfica dos pontos desse espaço. Isto posto, ele elabora uma tipologia de espaços econômicos em três categorias: homogeneidade, polarização e planejamento.<sup>6</sup> Esta conceituação possibilita a percepção de que determinados fatos e fenômenos econômicos ocorridos numa dada região transcendem a uma determinada área geográfica, integrando-a ao contexto nacional de um país.

Tratando da categoria econômica de espaço em sua ótica abstrata, faz-se necessário explicitar alguns aspectos inerentes a esta análise. Como ponto de partida, deve-se aferir o estoque de riquezas naturais existentes e o então estágio tecnológico, e em seguida procurar estimar a capacidade do elemento humano e da sociedade em si em intervir no processo de organização e funcionamento da economia. Neste contexto, apreende-se um complexo de atividades que se entrelaçam através das relações de interdependência econômica, caracterizando, assim, a noção de espaço abstrato, pois baseia-se nas interações de agentes da economia, que se articulam entre si para a formação de um todo espacial. Isto se evidencia através da explicação feita por Patrício Ribeiro, que está descrita, com algumas adaptações, neste texto.

---

<sup>6</sup> Esses espaços incorporam os seguintes atributos básicos: homogêneo (similaridade), polarizado (inter-relação, dominação, heterogeneidade e complementaridade), e planejamento (decisão política centralizada).



Essas células de articulação, estando isoladas, não constituem um espaço econômico. Porém, quando estão integradas no âmbito da dinâmica da atividade econômica, elas se fundem num corpo unificado que define a espacialidade das relações de reciprocidade entre elas, dando, assim, forma ao então conceito invisível ou abstrato de espaço econômico (ver Figura 3). Exemplificando através das figuras a seguir, temos:

Figura 1

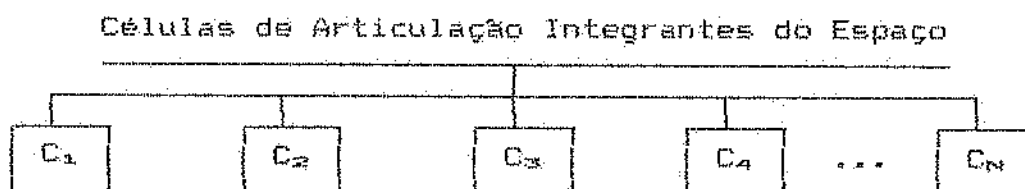


Figura 2

Células de Articulação, Integrantes do Espaço,  
Antes do Tratamento Econômico

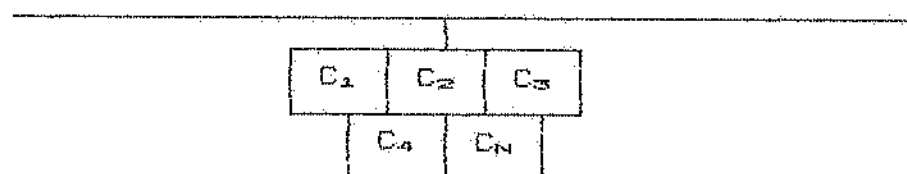
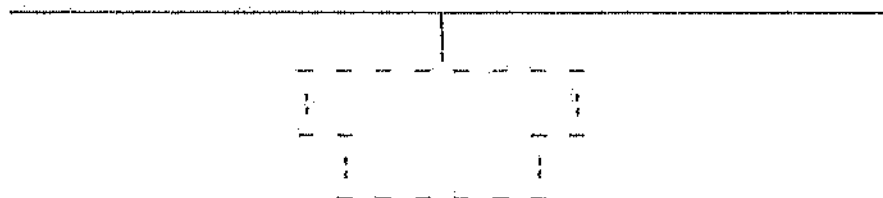


Figura 3

Células de Articulação, Integrantes do Espaço,  
Após o Tratamento Econômico



Em suma, a questão do espaço econômico deve ser tratada a partir do ponto de vista da *unicidade espacial*, pois a sua compreensão envolve um sistema dinâmico que está sujeito a um processo de expansão, retração ou estagnação. Neste contexto, Ferroux organiza o espaço econômico através de sua tipologia espacial — *homogeneidade, polarização, planejamento* —, que analisa a diferenciação de cada componente do espaço.

Boudeville (1972), opta por uma maior cautela na distinção entre os espaços geográficos e econômicos, admitindo a importância da localização da região nos limites político-administrativos do país. Sua preocupação envolve um raciocínio mais pragmático no que tange ao posicionamento geográfico das regiões, de maneira que a análise, o planejamento e a implementação de ações, referente a certas áreas físicas, tenham relação efetivamente com as reais necessidades da população da região. Como os seus requisitos básicos sobre o conceito de região envolvem os princípios da descrição do objeto, da interdependência e do teleologismo, apreende-se que as regiões podem ter a mesma taxonomia de Ferroux: homogênea, polarizada e de planejamento.

A região homogênea se caracteriza pela identificação de semelhanças, em pontos localizados, numa extensão territorial de um dado espaço econômico. A sua regionalização torna-se complexa em razão da similaridade em relação a alguns aspectos, porém, quanto a outros, não se obtém a mesma reper-

cussão, pois estes aspectos muitas vezes são semelhantes a outras regiões que não à que se pretende defini-la como homogênea. Como o território se compõe de diferentes atributos que formam áreas específicas, temos que uma região homogênea poderá se constituir, baseada na contiguidade de seus componentes, de uma multiplicidade de áreas homogêneas. Assim sendo, a partir do processo de delimitação regional, tendo como objetivo a *pesquisa/análise* e como critério a *semelhança*, obtém-se uma dada região homogênea.

A região polarizada apóia-se nos atributos da inter-relação, complementaridade, heterogeneidade e dominação, bem como enquadra-se num processo de regionalização com o objetivo de *pesquisa/análise* associado ao critério da *interdependência*, o que define o tipo de região de interação que caracteriza as relações de polarização regional. Neste tipo de região, que está no campo do dinamismo da *unicidade espacial*, fica implícita a existência de um campo de força que, através do atributo da heterogeneidade, gera uma hierarquia espacial que resulta num processo de dominação entre áreas, com tendência para concentração em um ou mais pontos. A hierarquia espacial possibilita um padrão geográfico representado pelo *núcleo regional*, que situa-se numa ordem superior em relação a outras localidades sob sua influência, pois as interações espaciais convergem para si, o que implica num centro de dominância sobre a *hinterlândia* ou *periferia* regional. Ressalta-se que esta hierarquia está sujeita a modificações ao longo do tempo, pois determinada localidade pode ter aumentado (diminuído) as suas condições económicas, o que resulta numa maior (menor) expansão de suas forças polarizantes e num crescimento (decréscimo) de sua área de influência.

A região de planeamento, que consiste numa decisão política centralizada, caracteriza-se por uma estratégia de desenvolvimento económico que é compatível com o paradigma de planeamento regional denominado do centro para baixo, o

qual se enquadra, segundo Boisier (1989: 597): " ... ao conceito da industrialização como processo motor do crescimento econômico (e da modernização), à idéia (concomitante) da urbanização e, finalmente, ao caráter marcadamente centralizador, que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas de desenvolvimento regional. " Esta forma de regionalização permite caracterizar diferentes tipos de regiões, propiciando a apreensão dos relacionamentos inter-regionais, bem como possibilita meios para a conciliação de diversos planos regionais no contexto de um plano de desenvolvimento nacional. Desta forma, temos uma outra classificação regional que denomina-se de região programa, a qual difere da região de planejamento devido ao critério de *semelhança* em contraponto ao de *interdependência*, e prende-se a determinadas regiões em que, sendo atrasadas, o governo define programas de melhoria das condições técnicas, que sejam economicamente viáveis para a sua integração com as demais regiões mais prósperas do país.

#### 4.2 Análise Sócio-Econômica

Um outro enfoque que reavalia a região em sua existência teórica-conceitual, ou como uma realidade concreta, privilegia a idéia de espacialidade associada, no sentido econômico, com a desregionalização. Esta concepção, apoiando-se numa análise com base nas relações sócio-econômicas, define as influências, formas, funções e o significado social, expressando em termos concretos os resultados históricos de um processo social. A ela, fundamenta-se o seguinte argumento de Castells (1978: 141): " O que se deduz é que não existe uma teoria do espaço à margem de uma teoria social geral, seja explícita ou implícita. "7. Esta abordagem rompe com a então

---

7 De lo que se deduce que no hay teoría del espacio a margen de una teoría social general, sea explícita o implícita.

enraizada tradição conceitual de região de cunho puramente geográfico, com a abordagem neoclássica,<sup>8</sup> e com a análise dualista,<sup>9</sup> bem como difere da análise abstrata do espaço econômico apresentada na seção anterior.

#### 4.2.1 Conceito de Espaço

A análise sócio-econômica do espaço parte de uma referência objetiva da realidade, que envolve as articulações entre a natureza e a sociedade. Por conseguinte, um procedimento rigoroso para tratar a categoria *espaço*, na visão de Coraggio (1988), deve ser efetuado através de análises que considerem as relações do espaço com os processos naturais e sociais das relações entre natureza e sociedade, bem como pela verificação da sua relação com o espaço ideal da geometria. Desta forma, faz-se necessário fazer um estudo que diferencie a espacialidade dos processos sociais dos demais fenômenos naturais. Assim, apreende-se, na formação da espacialidade real e concreta, a ordem dos atributos *natural* (*físico e orgânico, ou biológico*) e *social*, os quais têm uma lógica de organização e reprodução espacial segundo leis específicas de cada processo.

A espacialidade de ordem natural (*física e orgânica, ou biológica*), apóia-se no âmbito da física numa

---

8 A teoria neoclássica trata essa questão a partir de uma concepção alocativa e de mercado, onde reduz o social ao econômico e este ao processo de circulação mercantil, bem como não considera a questão regional como uma categoria econômica.

9 O enfoque *dual-estrutural* limita-se a descrever os desequilíbrios de uma dada região através da bipolarização entre as áreas atrasadas e modernas, não tendo a preocupação de conceitualizar as categorias de espaço e região.



lógica interna a suas articulações materiais (massa, forma, posição, relações de gravitação, etc); e a espacialidade orgânica que apesar de estar sujeita às leis físicas, tem uma dinâmica de reprodução autônoma que requer fundamentalmente critérios biológicos, através da introdução de novas categorias próprias das leis orgânicas, tais como: evolução, autorregulação, função, reprodução, etc. Não obstante estas considerações sobre a espacialidade de ordem natural terem um caráter universal, as categorias físicas e biológicas não esgotam as condições de existência destes fenômenos, fazendo-se necessário incorporar os processos sociais que têm uma natureza historicamente determinada. Assim, podemos resumir o relacionamento da ordem natural e social segundo a colocação de Coraggio (1988: 26): " ... que as categorias físicas não desapareciam nas formações orgânicas, aqui as categorias de ordem natural não desaparecem para deixar lugar para as categorias sociais, porém muitas delas se alteram — sofrendo variações resultantes de sua articulação com as categorias sociais — ...<sup>10</sup>. Apesar desta interação com a ordem natural, a ordem social tem categorias de existência própria (tipo de relações de produção, a concepção política e ideológica, etc), definindo, então, uma distinção básica com as categorias naturais, pois enquanto estas têm um caráter universal, a ordem social apóia-se basicamente em seu processo histórico.

Diante dessas considerações, as formações sociais concretas referendam-se nos aspectos de natureza social e natural, porém, a espacialidade social não se reduz às cate-

---

10 ... que las categorías físicas no desaparecían en las formaciones orgánicas, aquí las categorías del orden natural no desaparecen para dejar lugar a las categorías sociales, sino que muchas de ellas pasan — sufriendo variaciones resultantes de su articulación con las categorías sociales —...

gorias físicas. Isto se explica através de uma composição que envolve as características de determinados objetos que estão sujeitos às leis físicas, e estes objetos, na forma de mercadorias, estão submetidos às suas leis de produção e circulação (leis econômicas). Assim, podemos evidenciar o caso de um objeto-mercadoria, onde para obter o seu valor econômico, levam-se em conta os aspectos físicos (peso, dimensão, forma, etc) e de mercado (custo de produção e transporte, preço de mercado, etc).

Em suma, a concepção de Coraggio (1988: 31) reporta-se à idéia de que o espaço real é único, descartando a hipótese da existência de espaços específicos (físico, biológico e social). Mas o referido autor admite a existência da espacialidade, no âmbito de cada um destes atributos, com uma dinâmica própria; que a espacialidade social é indireta e baseia-se nas articulações entre a natureza e a sociedade, de forma que as leis sociais interferem na ordem natural; e que a espacialidade social não possui um caráter universal, pois é historicamente determinada. Desta forma, apreende-se uma distinção conceitual entre *espaço* e *espacialidade*, pois enquanto o espaço resulta da integração dos atributos físicos, orgânicos e social, a espacialidade consiste nas relações de fluxos de certas características da ordem natural ou social, que dialeticamente se integram para a formação do espaço.

Essa concepção de espaço, que integra o social com o natural, implica numa reflexão sobre os determinantes da formação do espaço. Admitindo-se a influência de processos sociais historicamente determinados, observa-se que, nas sociedades modernas (sistemas produtivos avançados), apreende-se uma maior transformação da natureza em relação às formas mais primitivas de produção. Isto implica no fato de que a natureza se apresenta, cada vez mais, como algo " *produzido* ", e não como algo " *dado* ", pois além da concepção

*possibilista da geografia*, é resultado do desenvolvimento histórico das relações entre o social e o natural.

Não obstante, esta relação não é linearmente definida ao ponto de universalizar a idéia de uma crescente redução da importância dos determinantes naturais, pois o que deve ser considerada é uma relação dialética entre a ordem social e natural. Assim, esta questão se evidencia na colocação feita por Coraggio (1988: 41): " ... existe a possibilidade de pensar em termos de um processo social que incorpora os processos naturais como condição de existência, resultando assim num processo historicamente determinado, que não é nem puramente social nem puramente natural ".<sup>11</sup>

#### 4.2.2 Conceito de Região

O conceito de *região*, baseado em Coraggio (1988: 50), inicia-se pela conceituação no âmbito de uma relação social materializada numa área territorial (âmbito territorial), que é parte de um território que contenha agentes e meios que estejam acoplados a um processo social. Estes âmbitos podem ser relativos a uma relação genérica, contendo todas as situações particulares, ou específica, através de um dado processo social. Exemplificando, vejamos, através da ótica do capital, os seus vários âmbitos particularizados — *exploração, acumulação, reprodução da força de trabalho, circulação de mercadorias, etc* —, e o âmbito geral da *reprodução econômica*, que contém todos os âmbitos anteriores.

---

*11 ... hay posibilidad de pensar en términos de un proceso social que incorpora los procesos naturales como condición de existencia, resultando así un proceso históricamente determinado, que no es ni puramente social ni puramente natural.*

Para Coraggio (1988: 51), a conceituação de região envolve os "... *âmbitos ou áreas definidos a partir do domínio territorial particular de uma relação de acoplamento ou de uma relação de semelhança.*"<sup>12</sup> Um ponto importante para a reflexão sobre as regiões envolve uma controvérsia quanto ao fato das regiões serem reais (*tangíveis*) ou idealizadas (*intangíveis*), pois os procedimentos para se identificar regiões envolvem elementos subjetivos e objetivos, ao tempo em que a conformação da *organização espacial*<sup>13</sup> constará de âmbi-

---

12 ... *âmbitos o áreas definidos a partir del domínio territorial particular de una relación de acoplamiento o de una relación de semejanza.*

13 A compreensão das categorias de *espaço e território*, na ótica de Coraggio, envolve algumas distinções conceituais, ou seja: *configuração (espacial ou territorial)*, e *organização (espacial ou territorial)*. A idéia de configuração reporta-se à projeção de um conjunto de objetos físicos sobre uma superfície contínua e homogênea com determinados atributos, os quais, quando identificados com um espaço ideal geometricamente determinado, formam a referência espacial. Não obstante, quando esta projeção ocorre em relação a uma representação geográfica com todas as suas características do meio ambiente (solo, fauna, flora, clima, topografia, etc), temos a referência territorial. O conceito de organização prende-se a uma configuração que se sustenta na mediação de um processo social, visando definir o sentido de determinados objetivos a nível espacial ou territorial. Para que uma organização territorial seja sustentada através de uma espacialidade social, Coraggio argumenta que esta espacialidade deve ter um caráter cíclico (*percepção temporal e não histórica*), existindo, então, um processo que se auto-reproduz de forma seqüenciada e através dos atributos da repetição,

tos particularizados da relação, e em áreas homogêneas diferenciadas. A região recorre, então, a segmentos do território como um *locus*, os quais têm conteúdos próprios (topografia, minérios, clima, etc), de forma a se estabelecer as relações entre esta *região material* e os *processos sociais* que se imbricam neste *locus*. Desta forma, para conceituar região, Coraggio (1988: 53) adotou o seguinte critério: " ... a região é forma espacial de um subconjunto social (complexo social-natural) ou, em forma mais ampla, que a regionalização é forma espacial de uma sociedade. "14

#### 4.2.3 Acumulação Capitalista e Desregionalização

Dada a importância da categoria sócio-econômica para se conceituar *espaço e região*, vejamos como se comporta a análise da desregionalização sob a ótica da economia capitalista. Adotando o enfoque marxista, temos que o setor de bens de produção (capital e intermediários) é a base para a reprodução econômica, bem como a definição de capital é tratada como uma relação social, e não através da identidade com objetos físicos (máquinas, equipamentos, instalações, etc), como define a teoria neoclássica. Desta forma, vejamos como a regionalização do capital (relação social), é tratada por Coraggio (1988: 56): "... regionalização é, fundamentalmente, a regionalização dos agentes e elementos de produção que se acoplam através desta relação, assim como a regionalização da circulação dos capitais sob suas diversas formas materiais. "15

---

auto-regulação, e manutenção das condições para um movimento cíclico.

14 ... la región es forma espacial de un subconjunto social (complejo social-natural) o, en forma más amplia, que la regionalización es forma espacial de una sociedad.

Verifica-se, assim, que a regionalização é norteada pela dinâmica do capital, como uma relação social, bem como através de suas formas, que se caracterizam pelo próprio estágio do capital em seu caráter mercantil e produtivo. Uma interpretação que esclarece a discussão sobre a questão da desregionalização sob a ótica da dinâmica do capital baseia-se em Oliveira (1978). Segundo este autor, a caracterização regional se referenda na especificidade da reprodução econômica, que evidencia as transformações sociais da realidade.

Sob a égide da economia mercantil, o capital comercial lidera o processo de reprodução, implicando, a nível de relações comerciais, na integração de regiões diferenciadas em um mesmo sistema de comércio, que se reduz a um espaço mercantil unificado, ao tempo em que se mantêm, em cada região, as suas características individuais<sup>15</sup>. Já numa economia capitalista propriamente dita, em que as relações se baseiam no capital produtivo, temos uma propagação e um aprofundamento do capitalismo no interior de cada região, gerando um sistema produtivo integrado ou espaço produtivo unificado entre as regiões inter-relacionadas. Isto ocasiona, então, a perda de identidade enquanto especificidade regional, a qual é resultante de um processo de homogenei-

---

15 ... regionalización es, fundamentalmente, la regionalización de los agentes y elementos de producción que se acoplan a través de esta relación, así como la regionalización de la circulación de los capitales bajo sus diversas formas materiales.

16 Apesar das pressões comerciais induzirem a mudanças no interior de cada região, estas transformações ocorrem endogenamente e são resultado da liderança do capital local, implicando, assim, numa dada autonomia de cada espaço regional.

zação hierarquizado.<sup>17</sup> A fundamentação deste processo apóia-se na lógica da acumulação capitalista, pois torna-se evidente na colocação de Wanderley (1994: 4): " *Como a dinâmica do movimento do capital gera uma tendência para a sua concentração e centralização, argumenta-se que, a nível de relações inter-regionais, temos um processo de integração que, além de tornar homogêneo o espaço, o mesmo é também hierarquizado sob a liderança dos setores e regiões mais avançados da produção capitalista de uma nação.* "

Nesse contexto, verifica-se a impossibilidade de se conceber a regionalização a partir do conceito de autonomia, impregnada de atributos territoriais e geográficos, pois fica implícita a descaracterização econômica deste conceito tradicional de região, implicando, então, na inexistência de regiões, que é resultado de um processo de desregionalização, dando lugar à formação do *espaço produtivo unificado*. Não obstante, como o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma desigual, tanto em termos setoriais, quanto regionais e nacionais, este processo, na realidade, nem sempre se materializa completamente, permitindo-nos, então, em determinados contextos, admitir a existência de áreas individualizadas, que poderemos chamar de *região*, ou associá-las a uma *divisão do trabalho*.

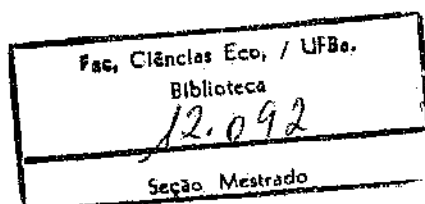
---

17 Este processo pauta-se na hegemonia de uma determinada região mais capitalizada em relação a outra, à medida em que haja uma interação e aprofundamento da produção capitalista nos espaços diferenciados. A sua tendência expressa-se simultaneamente através dos estágios do capital comercial (esfera da realização da mercadoria) e do capital produtivo (esfera da produção de mercadoria).

## 5 Considerações Finais

O enquadramento de uma pesquisa teórica-empírica, em relação à questão da delimitação regional, deve situar o referendo conceitual de *espaço e região*, segundo a sua base teórica. Assim, temos, neste texto, três categorias conceituais — *físico-geográfico, econômica abstrata e sócio-econômica* —, as quais são compatíveis, respectivamente, com o enfoque *dual-estrutural* das disparidades regionais, com a teoria dos *pólos de desenvolvimento* de Perroux, e com as teorias que privilegiam a análise do processo de acumulação de capital de cunho *marxista*.

Faz-se uma ressalva para o fato da inviabilidade de esgotar este tema, o que é próprio das reflexões teóricas, pois verifica-se o aparecimento de novas tipologias sobre a regionalização, as quais estão referendadas, por exemplo, nos papers de: Santos (1994), com os seus conceitos de território através da simultaneidade dos lugares contíguos (horizontalidades) e dos lugares em forma de rede (verticalidades); e Boisier (1994), com a sua conceituação de regiões *pivô, associadas, e virtuais*. Além destas reflexões, a conceituação da categoria de *espaço e região*, e a fundamentação teórica da economia regional, envolve um estudo da questão do território associado às questões da *temporalidade e espacialidade*.





## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel C. Espaço, polarização e desenvolvimento. Recife, CRAM, Imprensa Universitária, 1967.
- BOISIER, Sérgio. Política económica organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. Org. Economia regional teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB, ETENE, 1989.
- \_\_\_\_\_. Crisis y alternativas en los procesos de regionalización. Revista de la CEPAL. Santiago do Chile (52): 179 - 190, abr., 1994.
- BOUDEVILLE, Jacques. Os espaços económicos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- CASTELLS, Manuel. La cuestión urbana. Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- CORAGGIO, José L. Sobre la espacialidad social y el concepto de region. In: \_\_\_\_\_. Territórios em transição, crítica a la planificação regional em América Latina. Quito, Ciudad, 1988.
- FERREIRA, Carlos M. de C. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, Paulo R. Org. Economia regional teorias e método de análise. Fortaleza, BNB, ETENE, 1989.
- LOPES, Simões A. Desenvolvimento regional. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- LUCRECIO, Tito C. Da natureza. São Paulo, Abril Cultural, Os Pensadores, 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de. Eleição para uma Re(ili)gião. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.
- PATRICIO RIBEIRO, Lúcio A. de. Iniciação ao estudo da Economia Regional. Fortaleza, UFC, 1981.
- PERRDUX, François. A economia do século XX. Lisboa, Liv. Moraes, 1967.

SANTOS, Milton. Retorno do Território. In: \_\_\_\_\_ et alii. Território: globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1994.

WANDERLEY, Livio A. Integração inter-regional da indústria e emprego no Nordeste. São Paulo, EAESP/FGV, 1944. (Tese de Doutorado).

Reitor

Luiz Felipe Perret Serpa

Diretor

Paulo Rebouças Brandão

Série : FCE/UFBA. Texto para Discussão, 01/1995

Permitida a reprodução, em parte, desde que citada a fonte.

Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA

Programa de Publicações

Praça da Piedade, 6 - Centro, CEP: 40.070 - 010 - SALVADOR - BA.